



# MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO	Número 05/2020
----------------------------------------------	-------------------

Aos 20 dias do mês de maio de 2020, presente de um lado o **MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA**, Estado de Alagoas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ n.º 35.561.471/0001-53, com sede na Av. Major Luiz Cavalcante, 147, Centro, Paripueira/AL, CEP 57.935-000, neste ato representado, por seu Prefeito o Senhor Haroldo Nascimento da Silva, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1121955 SCJDS/AL, inscrito no CPF/MF sob o n.º 842.634.444-68, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO**, e do outro **BOA VISTA DISTRIBUIDORA LTDA – ME**, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 14.728.741/0001-06, com sede na ROD. 101 norte KM 96, Centro – Porto Calvo/AL neste ato representada pelo senhor Marcio Andrade e Silva, inscrito no CPF sob o n.º 815.414.064-00, portador do RG n.º 98002044480-SSP/AL, telefone para contato: (82) 3292-1569, e-mail: [boavista.distribuidora@hotmail.com](mailto:boavista.distribuidora@hotmail.com), doravante denominado **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registros de Preços, conforme decisão exarada no Processo Administrativo n.º 1500.01.17.03/2020, devidamente homologada, referente ao Pregão acima destacado, para Registro de Preços, nos termos da legislação pertinente, consoante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. Objeto.

- 1.1. O objeto desta Ata é o registro dos preços de gêneros alimentícios, classificados no pregão acima, conforme especificações e condições constantes do Anexo 001 do respectivo edital de licitação, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas pela Administração, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.
- 1.2. O prazo de validade do Registro de Preços é de 12 meses, contados a partir da data da assinatura desta Ata, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações ou receberão a(s) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM), observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.
- 1.3. A(s) contratação(ões) derivadas do registro obedecerão às condições estabelecidas no contrato, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente.
- 1.4. É permitida, desde que expressamente autorizada pela Administração, a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.5. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.
- 1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.
- 1.7. O fornecedor ou prestador de serviços fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições constantes nesta Ata de Registro de Preço, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) da quantidade licitada para cada item registrado.
  - 1.7.1. As supressões poderão ser superiores a 25,00 % (vinte e cinco inteiros por cento), desde que resulte de acordo entre os contratantes.

### 2. Preços e estimativas.

- 2.1. Os preços unitários a serem praticados, bem como as estimativas de consumo, constam ABAIXO:

#### LOTE 01:

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Valor Unitário	Valor Total





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

1	ACHOCOLATADO. Em pó, instantâneo, enriquecido com vitaminas, fonte de minerais, sem glúten, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite e emulsificante lecitina de soja, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	600 0	DAJUD A / ALIMEN TOS WILSO N LTDA	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 48.000, 00	quarenta e oito mil reais
2	AÇÚCAR. Cristalizado, na cor branca, sacarose de cana-deaçúcar, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	K G	100 00	PINDORA MA / COOP. PINDORA MA	R 2,5 \$ 0	dois reais e cinque centavos	R\$ 25.000, 00	vinte e cinco mil reais
3	ADOÇANTE. Líquido dietético (Sacarina Sódica e Ciclamato de Sódio), com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. 200ML	LT	300	ASSUG RIN / Wow Nutrition	R 10,0 \$ 0	dez reais	R\$ 3.000,0 0	três mil reais
4	AMIDO DE MILHO. Tipo maisena, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	500	APTI / APTI ALIMENT OS S.A	R 7,0 \$ 0	sete reais	R\$ 3.500,0 0	três mil e quinhentos reais
5	ARROZ. Branco, subgrupo polido, classe longo e fino, tipo 2, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	900 0	BOM SABOR / COMERC IAL DE ALIMENT OS FERREIR A EIRELI	R 2,9 \$ 0	dois reais e noventa centavos	R\$ 26.100, 00	vinte e seis mil e cem reais
6	ARROZ. Parboilizado, subgrupo polido, classe longo e fino, tipo 1, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	800 0	COPAREI / COOPER ATIVA TUBARA O	R 3,3 \$ 0	três reais e trinta centavos	R\$ 26.400, 00	vinte e seis mil e quatrocentos reais
7	AVEIA. Em flocos, isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo	K G	120 00	APTI / APTI ALIMENT OS S.A	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 96.000, 00	noventa e seis mil reais



## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

	de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. 200G							
8	BEBIDA LÁCTEA DIVERSOS SABORES. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LT	900 0	BOA VID A / ILPI SA S.A	R 2,5 \$ 0	dois reais e cinque nta centav os	R\$ 22.500, 00	vinte e dois mil e quinh entos reais
9	BISCOITO. Maizena, dupla embalagem, contendo 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	600 0	VITABO NO / TOPMA SSAS INDUST RIA E COMER CIO DE ALIMEN TOS LTDA	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 48.000, 00	quarenta e oito mil reais
10	BISCOITO. Maria, dupla embalagem, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	700 0	VITABO NO / TOPMA SSAS INDUST RIA E COMER CIO DE ALIMEN TOS LTDA	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 56.000, 00	cinquenta e seis mil reais
11	BISCOITO. Cream Cracker, dupla embalagem, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	600 0	VITABO NO / TOPMA SSAS INDUST RIA E COMER CIO DE ALIMEN TOS LTDA	R 7,5 \$ 0	sete reais e cinque nta centav os	R\$ 45.000, 00	quarenta e cinco mil reais
12	BISCOITO. Doce tipo rosquinha, diversos sabores, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação e validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	600 0	AFA / MILTON ALVES IND ALIMENT OS	R 7,5 \$ 0	sete reais e cinque nta centav os	R\$ 45.000, 00	quarenta e cinco mil reais
13	BISCOITO. Doce tipo recheado, diversos sabores, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação e validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Embalagem individual de 40,0g	K G	40 00	FUTURIN HOS / GI Industria E Distribuica o De Alimentos	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 32.000, 00	trinta e dois mil reais





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

14	CAFÉ. Torrado e moído, contendo data de fabricação e prazo de validade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	K G	45 00	MARATA / IND. ALIMENTI CIA MARATA	R 16,0 \$ 0	dezess eis reais	R\$ 72.000, 00	setenta e dois mil reais
15	CANELA. Em pó fino, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	50 0	SEMPRE VIVA / SEMPR E VIVA ALIMEN TOS	R 20,0 \$ 0	vinte reais	R\$ 10.000, 00	dez mil reais
16	CEREAL INFANTIL. Diversos sabores, mucilon lácteo, de preparo instantâneo, preparado a partir de matérias primas, limpas, enriquecido com vitaminas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	10 00	MUC ILON / NEST LE S.A	R 10,0 \$ 0	dez reais	R\$ 10.000, 00	dez mil reais
17	COLORAU. Colorífico para uso culinário, tipo vermelho, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	90 0	SEMPRE VIVA / SEMPR E VIVA ALIMEN TOS	R 6,0 \$ 0	seis reais	R\$ 5.400,0 0	cinco mil e quatrocentos reais
18	CHÁ. Diversos sabores ( ervas e frutas ) - produtos desidratados e embalados hermeticamente, com data de validade. deverá apresentar odor característico, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica e fungos. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no	K G	50 0	MARATA / IND. ALIMENTI CIA MARATA	R 10,0 \$ 0	dez reais	R\$ 5.000,0 0	cinco mil reais
19	CREME DE LEITE. UHT, tetra pack, com no máximo 20% de gordura com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	100 0	ITALAC / ITALAC ALIMEN TOS	R 15,0 \$ 0	quinze reais	R\$ 15.000, 00	quinze mil reais
20	EXTRATO DE TOMATE concentrado, para uso culinário, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	700 0	DAJUD A / ALIMEN TOS WILSO N LTDA	R 5,5 \$ 0	cinco reais e cinque centav os	R\$ 38.500, 00	trinta e oito mil e quinh entos reais



# MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

21	ERVILHA VERDE. Em conserva, sem amassos ou ferrugens, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	100 0	QUERO / QUERO ALIMENT OS S.A	R 15,0 \$ 0	quinze reais	R\$ 15.000, 00	quinze mil reais
22	FARINHA LÁCTEA. Composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	100 0	CO RIN GA / IND UST RIA REU NID AS COR ING A	R 12,0 \$ 0	doze reais	R\$ 12.000, 00	doze mil reais
23	FARINHA DE MILHO FLOCADA. Tipo amarela, enriquecida com ferro e ácido fólico(vitamina B9) , com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	100 00	BONOMIL HO / ROAN ALIMENT OS	R 3,0 \$ 0	três reais	R\$ 30.000, 00	trinta mil reais
24	FARINHA DE MANDIOCA.fabricadas a partir de matérias primas limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos. Não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. Produto obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de mandioca (Manibot utilissima) previamente descascada, lavada, e isentas do radical cianeto	K G	90 00	IRMAOS FARIAS / E R DE OLIVEIRA COMERCI O	R 3,0 \$ 0	três reais	R\$ 27.000, 00	vinte e sete mil reais
25	FARINHA DE TRIGO. Especial, com fermento, obtida a partir de cereal limpo, desgeminado, são, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, sem umidade ou ranço. o produto devera ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	K G	35 00	SARA NDI / MOINH O MOTRI SA S.A	R 3,0 \$ 0	três reais	R\$ 10.500, 00	dez mil e quinhentos reais
26	FERMENTO. Fermento químico em po. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de calcio.	K G	50 0	APTI / APTI ALIMENT OS S.A	R 15,0 \$ 0	quinze reais	R\$ 7.500,0 0	sete mil e quinhentos reais
27	FEIJAO. Mulatinho ou fradinho, tipo 2, sem sujidades, mofo e bolores com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	60 00	BOM SABOR / COMERC IAL DE ALIMENT OS FERREIR A EIRELI	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 48.000, 00	quarenta e oito mil reais





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

28	FEIJÃO. Preto, sem sujidades, mofo e bolores com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	50 00	SPECIAL / S. PESSO A DISTRIBUIDOR	R 5,0 \$ 0	cinco reais	R\$ 25.000,00	vinte e cinco mil reais
29	GOIABADA.cremoso, elaborada somente com goiaba e açúcar, sem conservantes, feita com frutas frescas, não contem gluten. A embalagem deve conter: data de validade, identificação da marca, número do lote, procedência, composição. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	20 00	POPULAR / POPULAR ALIMENTOS	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 16.000,00	dezesseis mil reais
30	LEITE. Em pó integral, tradicional, rico em cálcio, sem adição de açúcar, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	500 0	CAMILA / IND. MATSUBARA DE ALIMENTOS	R 23,0 \$ 0	vinte e três reais	R\$ 115.000,00	cento e quinze mil reais
31	LEITE CONDENSADO. tetra pack, contendo leite integral, açúcar e lactose, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	100 0	ITALAC / ITALAC ALIMENTOS	R 12,0 \$ 0	doze reais	R\$ 12.000,00	doze mil reais
32	LEITE DE COCO. Natural para uso culinário, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	LT	600 0	COCAO / COOP. PINDO RAMA	R 7,5 \$ 0	sete reais e cinquenta centavos	R\$ 45.000,00	quarenta e cinco mil reais
33	MACARRAO. Tipo espaguete, massa preparada com ovos, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou ministério da Saúde.	K G	800 0	PETRYAN / PETYAN IND ALIMENTOS	R 4,5 \$ 0	quatro reais e cinquenta centavos	R\$ 36.000,00	trinta e seis mil reais
34	MACARRÃO. Tipo parafuso com ovos, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	100 0	BRANDINI / M. DIAS BRANCO	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 8.000,00	oito mil reais



# MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

35	MARGARINA. Tipo vegetal, com sal, com identificação do produto, do fabricante, data de fabricação e validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	600 0	VITARE LA / M. DIAS BRANC O	R 7,2 \$ 0	sete reais e vinte centav os	R\$ 43.20 0,00	quarenta e três mil e duze ntos reais
36	MISTURA PARA FABRICAÇÃO DE BOLO. Sabores variados, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	10 00	MARATA / IND. ALIMENTI CIA MARATA	R 5,6 \$ 0	cinco reais e sessen ta centav os	R\$ 5.600,0 0	cinco mil e seiscentos reais
37	MILHO. Tipo desolhado, apropriado para ungunzá, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	35 00	BONOMIL HO / ROAN ALIMENT OS	R 2,0 \$ 0	dois reais	R\$ 7.000,0 0	sete mil reais
38	MILHO VERDE. Em conserva, sem amassos ou ferrugens, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	K G	40 0	QUERO / QUERO ALIMENT OS S.A	R 11,2 \$ 0	onze reai s e vint e cen tav os	R\$ 4.480,0 0	quatro mil, quatroce ntos e oitenta reais
39	MILHO PARA PIPOCA. Milho para o preparo de pipoca, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	30 00	BONOMIL HO / ROAN ALIMENT OS	R 3,5 \$ 0	três reais e cinque nta centav os	R\$ 10.500, 00	dez mil e quinhentos reais
40	OLEO COMESTIVEL. Vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, rico em vitamina E, embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	LT	42 00	SOYA B U N G E S. A	R 4,6 \$ 0	quatro reais e sessen ta centav os	R\$ 19.320, 00	dezenove mil, trezento s e vinte reais
41	PREPARADO LÍQUIDO CONCENTRADO PARA REFRESCO. Diversos sabores, obtido do suco ou polpa de fruta, pasteurizado, a ser conservado sem refrigeração, sem adição de açúcar, não podendo conter corantes artificiais, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da	LT	50 00	PINDORA MA / COOP. PINDORA MA	R 7,0 \$ 0	sete reais	R\$ 35.000, 00	trinta e cinco mil reais





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

42	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	20 00	SUPRES OY / DANKO DO NORDES TE INDUSTRI AL LTDA	R 7,5 \$ 0	sete reais e cinque nta centav os	R\$ 15.000, 00	quinze mil reais
43	SAL. Refinado, iodado, para consumo domestico, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	90 0	LEB RE / NORS AL S.A	R 1,0 \$ 0	um real	R\$ 900,00	novecentos reais
44	TEMPERO. Condimento misto a base de cominho e pimenta do reino, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	K G	70 0	DINO / DINO TEM PER OS	R 8,0 \$ 0	oito reais	R\$ 5.600,0 0	cinco mil e seiscentos reais
45	VINAGRE, tipo condimentado de álcool, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e o peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LT	32 00	SABOR / CT SANTOS COMERCI O	R 1,2 \$ 5	um real e vinte e cinco centav os	R\$ 4.000,0 0	quatro mil reais

Valor Total dos Itens do Lote 1

1.190.000,00

Total dos lotes itens por extenso Lote 1

um milhão, cento e noventa mil reais

### 3. Dotação(ões) orçamentária(s).

As despesas decorrentes da execução de cada fornecimento correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a cada órgão ou entidade solicitante, a ser indicada momento da contratação ou expedição de Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM).

### 4. O fornecimento.

4.1 Os eventuais fornecimentos serão precedidos da emissão da(s) respectiva(s) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM) em substituição ao contrato (art. 62, da Lei Federal nº 8.666/1993) e deverão ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da AFM.

4.2 Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante deverá manter, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

4.3 Os órgãos e entidades solicitarão ao fornecedor, por escrito, através de Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM), e dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos dos materiais ou serviços de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.

4.7 Na hipótese de o fornecedor convocado não aceitar ou retirar a(s) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM), no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação, a Administração poderá chamar os demais licitantes que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação do fornecimento dos materiais ou dos serviços registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, seus anexos e nesta Ata de Registro de Preços.

4.8 Na hipótese de os demais licitantes não aceitarem fornecer pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, a Administração poderá contratar os demais licitantes, respeitada a ordem de





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que os mesmos sejam compatíveis com a média de mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

4.9 A assinatura do(a) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM) deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

### 5. Condições de Pagamento, reajustamento de preços e revisão.

5.1 O pagamento será efetuado integralmente até o 30º (trigésimo) dia útil a partir da data da emissão da nota fiscal, após a conferência pela Administração quanto à quantidade e à qualidade dos produtos, mediante a expedição do Termo de Recebimento Definitivo, que atestará o fornecimento a contento, mediante cheque nominal ou ordem bancária, de acordo com as notas fiscais/faturas atestadas e instruídas.

5.2 O pagamento fica condicionado à comprovação de que o fornecedor mantém regularidade fiscal.

5.2.1 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte do Fornecedor.

5.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *pro rata tempore*.

5.5 A Administração descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente

5.6 A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

5.7 A licitante vencedora desta licitação emitirá a(s) nota(s) fiscal(fiscais) correspondente(s) no ato de entrega do material, que após conferida(s) será(ão) encaminhada(s) à Secretaria Municipal Finanças para processamento e posterior pagamento.

5.8 Caberá à Secretaria Municipal de Finanças o atesto das notas fiscais no verso de cada nota, observando principalmente as datas, valores, rasuras e emissão em nome da Administração, dentre outros aspectos, procedendo a conferência com as listagens.

5.9 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

5.10 Os preços são fixos e irredutíveis.

5.11 A revisão de preço(s) deverá ser realizada quando aquele(s) registrado(s), por motivo superveniente, tornar(em)-se superior ao praticado no mercado, cabendo à Administração:

I - convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - liberar o fornecedor do compromisso assumido, na hipótese em que resultar frustrada a negociação;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12 A alteração ou revisão de preços registrados em Ata também poderá ser provocada pelo fornecedor, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro.

5.13 Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço praticado no mercado e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, na hipótese da comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

III - instaurar processo administrativo para aplicação de sanção, quando o fornecedor de material ou o prestador de serviço, detentor de preço registrado, não honrar os compromissos assumidos em decorrência da(s) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM), respectivamente, para as quais tenha sido convocado até a data da solicitação de negociação ou cancelamento do preço registrado, ou não comprovar a veracidade das alegações apresentadas no pleito de negociação.

5.14 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à suspensão do item da Ata de Registro de Preços, liberando os órgãos e entidades para a adoção das medidas necessárias para a contratação do item.





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

- 5.15 No processo de negociação, o fornecedor ou prestador de serviços somente poderá apresentar novo preço para o item de sua proposta comercial que teve preço classificado na respectiva licitação para o Registro de Preços.
- 5.16 Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revistos nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
- 5.17 Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- 5.18 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de fornecimento em desacordo com as especificações do objeto da licitação.
- 5.19 O fornecedor se comprometerá a atender com presteza às reclamações sobre a qualidade e pontualidade do fornecimento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a Administração.
- 5.20 Em caso de divergência entre a(s) Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM) e a respectiva Nota Fiscal/Fatura, ou entre os produtos efetivamente entregues, o Fornecedor será notificado para retirá-los imediatamente, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis.

### 6. As penalidades.

6.1 O(A) licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta e/ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.2 O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descrita no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

6.3 As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que o(a) fornecedor(a) der ensejo.

6.4 Ocorrendo atraso na execução/entrega do objeto contratado será aplicada multa moratória de 4,00 % (quatro inteiros por cento) por dia útil de atraso, até o limite de 20,00 % (vinte por cento) sobre o valor total do pedido, sem prejuízo da incidência de multa indenizatória.

6.5 No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10,00 % (dez inteiros por cento) do valor total do objeto licitado.

6.6 A penalidade de multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente e/ou extrajudicialmente, a critério da Administração.

6.7 Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

6.8 Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

6.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

### 7. Rescisão e suspensão ou cancelamento do registro

7.1 A inexecução, total ou parcial do objeto da Licitação ensejará a rescisão de eventuais Contratos, Autorização(ões) de Fornecimento de Material (AFM) .

7.2 São casos de rescisão:

I - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o fornecedor, exaradas no processo administrativo a que se refere o instrumento;

II - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, se, a juízo da Administração, prejudicar a execução do contrato;

III - falta de cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

IV - retardamento injustificado do início da execução do contrato;

V - mora na execução contratual, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;





## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

- VI - paralisação, total ou parcial, da execução da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa previamente comunicada à Administração;
  - VII - subcontratação parcial do seu objeto, salvo com autorização da Administração, a associação do fornecedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação dele, fornecedor, não admitidas no edital e seus anexos;
  - VIII - desatendimento reiterado às determinações regulares da fiscalização ou da autoridade superior;
  - IX - cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
  - X - falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
  - XI - descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
  - XII - superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;
  - XIII - perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da obra;
  - XIV - declaração de falência ou instauração da insolvência civil;
  - XV - dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - XVI - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando a modificação do valor inicial do contrato além do limite legalmente autorizado;
  - XVII - suspensão da execução contratual, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente previstas mobilizações e desmobilizações e outras previstas, assegurado ao fornecedor, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  - XVIII - atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  - XIX - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos previstos no Edital e seus anexos, bem como das fontes de matérias naturais especificadas no projeto;
  - XX - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução;
  - XXI - impossibilidade de alteração do valor do ajuste por recusa do fornecedor.
- 7.2.1 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.3 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos previstos nos incisos I a XV, XX e XXI, do item 7.2.
- 7.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX, do item 7.2, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 7.5 O registro poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.
- 7.6 Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente ou cancelados pela Administração, nas seguintes hipóteses:
- I - quando se tornarem superiores aos praticados no mercado;
  - II - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 7.6.1 A comunicação do cancelamento do preço registrado do fornecedor ou prestador de serviços, nas hipóteses previstas neste item será feita por escrito, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.
- 7.7 Na hipótese prevista no inciso I do item 7.6, antes da suspensão ou cancelamento, a Administração poderá proceder à negociação com o fornecedor ou prestador de serviços, visando à revisão para a redução do preço registrado a fim de compatibilizá-lo com os praticados no mercado.
- 7.8 No caso de ser ignorado ou incerto o endereço do fornecedor ou prestador de serviço, a comunicação será feita mediante publicação na Imprensa Oficial da Administração, considerando cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.



## MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

7.9 O fornecedor ou o prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do preço registrado, mediante justificativa escrita, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração, que comprove a impossibilidade temporária ou definitiva de cumprir as exigências deste instrumento.

7.10 A apreciação do pedido deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, durante o qual o beneficiário do registro fica obrigado a garantir o fornecimento do material ou a execução dos serviços, sendo que este prazo poderá ser prorrogado, caso haja necessidade de diligência para complementar a análise do pleito.

### 8. Vinculação ao edital de licitação

8.1 Integra a presente Ata, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos, da licitação indicada no preâmbulo.

### 9. Foro.

9.1 As partes elegem o Foro da Administração.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

  
\_\_\_\_\_  
(MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA/AL - Administração)

MARCIO ANDRADE E SILVA:81541406400

Assinado de forma digital por MARCIO ANDRADE E SILVA:81541406400  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=12203196000109, cn=MARCIO ANDRADE E  
SILVA:81541406400

\_\_\_\_\_  
(BOA VISTA DISTRIBUIDORA LTDA - ME - FORNECEDOR)

\_\_\_\_\_  
(Testemunha/CPF)

\_\_\_\_\_  
(Testemunha/CPF)